

JUSTIÇA CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



ISSN 1807-732X
Edição 95 - Junho de 2008
R\$ 16,90

DESEMBARGADOR
ROBERTO WIDER

PELA MORALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Editorial: A MORALIDADE PÚBLICA



1964 - O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO DOPS-SÃO PAULO

Orpheu Santos Salles

Editor

Ao ser recolhido ao xadrez do DOPS, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, jamais poderia imaginar que estava entrando num local que, logo após alguns dias, se transformaria em “campus universitário”.

Nos dias seguintes, as portas dos xadrezes do DOPS se abriram para recolher, indistintamente, presos de várias categorias. Os primeiros a chegar foram os líderes dirigentes de vários sindicatos de trabalhadores e funcionários públicos, seguidos de estudantes, professores, jornalistas e outros.

Presos, foram recolhidos aos xadrezes o delegado do Ministério do Trabalho, Léo Munari, o escritor Paulo Guilherme Martins, marido da deputada Ivete Vargas, os deputados estaduais Taibo Cadorniga e Wilson Rahal, o presidente do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, João Miguel, o poeta Jamil Almansur Haddad, o jornalista Nelson Gato, do “Diário da Noite” – que vim a encontrar novamente no navio-presídio Raul Soares, onde escreveu “O Navio Presídio”, cujo prefácio é de minha autoria –, os sindicalistas Afonso Delellis e Araújo Plácido, presidente e vice do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o médico João Belline Burza, que havia recém-chegado da Rússia, onde dirigiu o Instituto Científico Pavlov, o jurista, escri-

“VOCÊS, APESAR DE ESTAREM ENCARCERADOS AQUI NO DOPS, CURTINDO AS AGRURAS DA POLÍTICA, LONGE DAS FAMÍLIAS E DAS RESPONSABILIDADES PESSOAIS, NO ENTANTO, APESAR DOS PESARES, CONSEGUEM MANTER A MENTE LIVRE A PONTO DE TRANSFORMAREM ESTE XADREZ NUMA ESCOLA, OU MELHOR, NUMA MINI-UNIVERSIDADE E AINDA COM AULAS DE RENOMADOS CATEDRÁTICOS. ISTO É TER OPINIÃO, CARÁTER E CORAGEM. PARABÉNS!”

tor e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Caio Prado Junior, o físico e professor da Faculdade de Filosofia, Mario Schenberg, o capitão de Exército Eduardo Chuahy, ajudante de ordens do Gabinete Militar da Presidência da República, e mais centenas de presos que acabaram lotando a grande prisão do DOPS.

O professor Caio Prado Junior, logo após se acomodar no xadrez, perguntou-me quem era o chefe do coletivo e o juiz da cadeia, e, ante a minha ignorância, passou a dar instruções e informações, as quais procuro reproduzir: “Vocês, se ainda não imaginaram ou refletiram, devem se conscientizar que os militares que assumiram o governo logo implantarão uma ditadura, cujo prazo já iniciou e será duradouro, e cujo término é incerto. A minha experiência e a reflexão que faço, pelos fatos políticos antecedentes desde o golpe que prepararam contra o presidente Getúlio Vargas, leva-nos a conjecturar que a nossa permanência neste xadrez ou outra cadeia poderá se estender por um mês, um ano ou uma eternidade. Portanto, devemos nos preparar para enfrentar o que de pior poderá acontecer.”

E continuou: “Assim, vamos nos organizar pondo ordem na casa: o preso mais antigo, como é do costume carcerário, é normalmente o juiz do xadrez e o encarregado do coletivo”.

Surpreso com as palavras do professor, retruquei que ele deveria explicar o que competia ao juiz do xadrez e o que era o coletivo, pois a maioria dos que ali se encontravam eram prisioneiros jejunos e ignoravam o assunto.

Com as explicações, eu acabei juiz do xadrez, incumbido de acertar com o chefe da carceragem a localização dos presos que chegavam para distribuí-los nos vários xadrezes, afim de que estudantes ficassem entre si, trabalhadores com trabalhadores e os intelectuais no xadrez que nos encontrávamos enquanto houvesse vaga, além de programar diariamente os responsáveis pelas diversas tarefas, a fim de manter o local em estado de limpeza e higiene. Quanto ao coletivo, que era o responsável e o caixa do dinheiro dos presos – que devia ser recolhido de todos que o tivessem e concordassem em cedê-lo para atender às despesas coletivas necessárias, de modo a não constranger os que se encontravam duros –, solicitei a dispensa, tendo sido escolhido para a tarefa o companheiro Taibo Cadorniga.

Resolvida essa sugestão, o professor Caio Prado prosseguiu: “Nós não podemos ficar aqui inertes, trancafiados jogando conversa fora, portanto, vamos nos preparar e organizar um seminário de estudos, e cada um de nós vai ter oportunidade de ensinar aos companheiros o que aprendeu e sabe; destarte, o tempo não será totalmente perdido. Amanhã, depois do café, às nove horas, teremos a primeira aula que darei sobre processo penal, haverá debates e todos estarão melhor instruídos para enfrentar os interrogatórios que surgirem.”

A iniciativa do professor Caio Prado, com suas empolgadas aulas e debates, teve continuidade nas dissertações filosóficas do professor Mario Schenberg, com os relatos do médico

“NÓS NÃO PODEMOS FICAR AQUI INERTES, TRANCAFIADOS JOGANDO CONVERSA FORA, PORTANTO, VAMOS NOS PREPARAR E ORGANIZAR UM SEMINÁRIO DE ESTUDOS, E CADA UM DE NÓS VAI TER OPORTUNIDADE DE ENSINAR AOS COMPANHEIROS O QUE APRENDEU E SABE; DESTARTE, O TEMPO NÃO SERÁ TOTALMENTE PERDIDO (...)”

Belline Burza sobre as experiências adquiridas na Rússia, no Instituto Pavlov, com os dizeres dos líderes sindicais Afonso Delellis e Araújo Plácido sobre as lutas do sindicato em busca de melhores salários para os seus companheiros metalúrgicos; o deputado Wilson Rahal discorreu sobre política; os escritores Jamil Almansur Haddad, Taibo Cadorniga, Paulo Guilherme Martins contaram suas histórias e declamaram seus poemas; o estudante João Miguel, falava da política estudantil na Faculdade de Direito, o jornalista Nelson Gato, relatava suas reportagens policiais e experiências na redação do “Diário da Noite”; eu, me reportando à vivência funcional no Ministério do Trabalho e no Palácio do Catete assessorando o presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Planalto e em outras funções, assessorando o presidente João Goulart, política e funcionalmente, inclusive como dirigente do PTB, participando das campanhas eleitorais vitoriosas dos governadores Lucas Nogueira Garcez e Carvalho Pinto, além de Ademar de Barros, tanto quando concorreu para prefeito de São Paulo, como para governador.

Os dias foram passando e o interesse dos companheiros pelas aulas e palestras foi absoluto, principalmente quanto aos debates que ocorriam. As dissertações proferidas pelos professores Caio Prado e Mario Schenberg, e do médico Belline Burza – especialmente sobre a teoria do reflexo condicionado na psicanálise – causaram tanto entusiasmo que até os carcereiros, funcionários e um delegado compareciam para ouvir as preleções dos professores, as vivências contadas por vários companheiros e, inclusive, os poemas declamados por Jamil, que provocavam palmas e aplausos.

Em certa ocasião, esse delegado, que demonstrava não comungar com as diretrizes do governador Ademar de Barros, chegou a lamentar a situação dos presos e saiu-se com esta: “Vocês, apesar de estarem encarcerados aqui no DOPS, curtindo as agruras da política, longe das famílias e das responsabilidades pessoais, no entanto, apesar dos pesares, conseguem manter a mente livre a ponto de transformarem este xadrez numa escola, ou melhor, numa mini-universidade e ainda com aulas de renomados catedráticos. Isto é ter opinião, caráter e coragem. Parabéns!” E se foi.

A minha permanência no xadrez do DOPS durou exatamente 59 dias, diante da intervenção do jornalista Edmundo Monteiro – então presidente da Cadeia dos Jornais e Rádios Associados, da TV Tupi, e também da Associação das Emissoras Brasileiras –, que solicitou a liberdade do jornalista e seu colega diretor da Rádio Marconi. A sua interferência resultou na minha libertação no dia 29 de maio e inclusive a volta ao ar das transmissões da Rádio, mas com a advertência do então Secretário da Segurança do Estado de São Paulo, general Aldévio Lemos, de minha proibição de irradiar noticiários e comentários, de, enfim, manter-me afastado de qualquer atividade jornalística, sob pena de voltar para o DOPS.

Coagido e intimidado, não tive outra alternativa senão a de me submeter à recomendação policial, estranhando o fato de, durante o período em que estive preso no DOPS, não ter sido chamado para prestar qualquer depoimento ou conversar com qualquer autoridade, estadual ou federal.

A passagem durante 2 meses pelo presídio no DOPS de São Paulo, naqueles primeiros dias do golpe militar, transcorreu – fora o cerceamento do grande bem da liberdade, o aviltante aprisionamento e apesar dos dissabores que constituiu a ocasião – pelo conagração humano, solidariedade, afeto espontâneo entre todos os presos, uma benesse de firmes e duradouras esperanças, aliadas aos ensinamentos mútuos e às extraordinárias aulas dos magníficos professores catedráticos, que naqueles tempos difíceis, reafirmando esperanças, transformaram o DOPS num *campus* universitário, e que hoje, relembando o passado, paradoxalmente, deixou saudades.

Acontecimentos seguintes

Entretanto, passados alguns dias da libertação, comecei a receber intimações para prestar depoimentos: a primeira foi o IPM (Inquérito Policial Militar) dos Correios, tendo sido interpelado para explicar por que usara o telex da repartição em centenas de telegramas particulares à Presidência da República, ao Ministro do Trabalho, ao Ministro da Justiça e a inúmeras personalidades, sem nunca ter pago os respectivos custos. Respondi que havia usado os serviços em razão da assessoria que prestava ao presidente João Goulart, portanto em trabalhos decorrentes de serviços oficiais prestados, constatados nos termos das correspondências transmitidas, o que foi aceito pelo coronel encarregado do IPM, transcrito em depoimento e dispensado em seguida.

O segundo depoimento foi em IPM da Aeronáutica: fui ouvido sobre as visitas, reuniões e participações de sargentos em programas radiofônicos na Emissora, tendo o coronel encarregado me inquirido sobre as razões de a Rádio e eu pessoalmente termos apoiado as reivindicações dos sargentos, se eu tinha conhecimento da ideologia comunista dos que freqüentavam a Emissora, e, inclusive, se eu também era comunista. Em depoimento prestado perante o referido coronel, declarei que as visitas, reuniões e participações dos sargentos da Aeronáutica nos programas eram comuns como eram os programas dos sindicatos, associações e entidades comunitárias, pois a Emissora era popular, dava apoio e incentivava as justas reivindicações apresentadas, sendo que tudo o que a Rádio transmitia era, na minha opinião, postulado democraticamente dentro dos princípios republicanos e do Estado de Direito vigente no país. Quanto à minha ideologia, declarava ser trabalhista e ter sido, em 1945, um dos fundadores do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro –, e ser declaradamente democrático, podendo afirmar não ser reacionário, também não comunista nem tão pouco fascista.

O terceiro depoimento foi diferente, já demonstrando o que me seria reservado no futuro. Ao anoitecer de um dos primeiros dias de julho, recebi um telefonema, voz de mulher, pedindo que fosse à porta do prédio receber uma correspondência de pessoa amiga – o que atendi pensando tratar-se de carta de algum companheiro preso no DOPS –, porém, ao chegar à portaria, fui surpreendentemente agarrado por dois corpulentos indivíduos e jogado como se fosse um saco de batatas no fundo de um camburão, postado na frente do prédio e que reparei não possuir nenhuma identificação.

Fechada a porta do camburão, no negrume do recinto, confesso que tive medo e pensei: “Aonde me levarão?” Nesse tempo, após a prisão do DOPS, as notícias de torturas e mortes já eram anunciadas em várias regiões do país, no Rio de Janeiro, na polícia do Carlos Lacerda, e no nordeste, principalmente em Recife, onde o general Justino Alves Bastos comandava a barbárie, como a cometida ao velho deputado Gregório Bezerra. O camburão rodou cerca de 10 minutos, desde a porta da Rádio, e parou. Ouvi o ruído de um portão se abrindo, o carro entrando, parando, o portão fechando e o porta-malas se abrindo. Na claridade, constatei estar no Quartel General e pensei: “Aqui, apesar da brutalidade da prisão e de ter sido jogado no camburão, não pode ser tão ruim. Mesmo que o general Krueel, após ter se bandeado para o golpe, tenha sabido dos meus comentários na Rádio, me conhece, sabe que eu não sou comunista e que a minha reação e o meu posicionamento foram por lealdade ao presidente Jango.” Fiquei, portanto, um pouco mais tranquilo e confiante.

Desci do camburão e fui levado a uma sala logo na entrada do prédio. À minha espera estava um civil que se declarou escrivão do IPM. O inquérito era presidido pelo coronel Mendonça Lima, que, portando um rebenque que

batia constantemente na bota, foi logo dizendo: “Aqui você vai falar e confessar tudo, tenho informações de todas as suas andanças”. Fixou-se bem nos meus olhos, continuou golpeando com o rebenque e disse: “Eu sei que você é o chefe.” No momento lembrei dos ensinamentos do professor Caio Prado Junior: “Não discuta no interrogatório, seja calmo, firme no que responder e fale com convicção.” Ponderei: “Bem, coronel, não sei a que o senhor se refere, mas chefe, hoje, só sou da minha casa e da minha família. Portanto, peço que o senhor explique.” Com as minhas palavras, apesar de ditas com calma, ele se irritou, batendo o rebenque na bota com mais força, dizendo: “Não se faça de besta; eu sei que você é o chefe do Grupo dos Onze em São Paulo”, ao que respondi: “Coronel, o senhor está muito mal informado. Eu estou consciente da situação política atual e não tenho nenhuma vinculação com o tal grupo. Eu fui e sou leal ao presidente João Goulart, que orientou seus companheiros para que não se portassem em nenhum movimento de contestação, além de ele ser frontalmente contra essas baboseiras do Leonel Brizola – e eu, pessoalmente, também não cruzava bem com ele –, portanto, coronel, estou completamente fora dessa estrepolia do Brizola. Para provar, o senhor contate o seu colega, coronel encarregado do IPM dos Correios, onde prestei depoimento, e pergunte a ele sobre o teor dos telex a respeito dos movimentos que o Brizola fazia. Pelo teor dos telex se constatará a minha impossibilidade de pertencer ao Grupo dos Onze.”

Eu nem tinha terminado de falar e entrou na sala o general Krueel. Cumprimentou o Coronel e, tendo me visto, perguntou ao encarregado o que eu fazia ali, tendo este respondido: “Estou ouvindo-o em virtude de informações recebidas sobre ele ser o chefe do Grupo dos Onze, e ele está negando o fato comprovado nas informações”, ao que o General retrucou: “Ele está falando a verdade; ele é afeiçoado ao Jango e ao que sei não se relacionava bem com o Brizola”, nada mais disse e retirou-se. O Coronel, meio desapontado com as palavras do General, voltou-se para mim e disse: “Bem, parece que eu entrei num erro com as informações que recebi para a instalação deste IPM, que acusa você e muitas outras pessoas. Assim, diante da palavra do comandante, a coisa muda de figura. Você me desculpe e como eu não jantei, vou pedir uma *pizza* com guaraná e convido você a fazer uma boca comigo e esquecer o transtorno”.

E esse IPM para mim, apesar da brutalidade da prisão, felizmente, terminou em *pizza* com guaraná e eu como comensal.

Poucos dias depois do terceiro depoimento, fui novamente intimado para prestar declarações em um Inquérito Policial Militar instaurado na Capitania dos Portos, na cidade de Santos.

Estranhei a intimação para depor na Capitania em Santos, pois desde 1955 não havia retornado àquela cidade, tendo, entretanto, notícias de que vários companheiros



e conhecidos haviam também sido intimados e, ao se apresentarem, foram presos e encarcerados no navio Raul Soares, que se encontrava ancorado no estuário.

Sabendo da determinação do comando geral das investigações que as prisões não poderiam ultrapassar 60 dias, decidi atender à intimação, me apresentando na sede da Capitania dos Portos munido de algumas roupas, objetos de limpeza e alguns livros.

Da sede da Capitania, fui encaminhado ao porto, embarcado numa lancha da Marinha e levado ao navio.

Na travessia, antes de chegar ao navio, senti angústia vendo aquele casco todo negro, no qual deveria passar 2 meses trancafiado sem saber as condições, o que me aconteceria e como seria tratado.

As perspectivas que se apresentavam diante daquele barco negro e de aspecto sinistro trouxeram angústia e algum medo do desconhecido, levando-me a sentir arrependimento em ter atendido à intimação.

As desgraças as quais assisti, as humilhações e sofrimentos pelos quais passei naquele infecto e negro navio constituíram, na minha vida, a marca mais dolorosa da existência, pelo aviltamento que semelhantes fazem a pessoa humana.

A mal fadada história do navio Raul Soares, que se transformou em pestilento e horroroso presídio, será relatada em edições seguintes.